

Movimentação das aplicações financeiras dadas em garantia aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo (R\$ Mil)		Saldo inicial em	Saldo	Garantias empenhadas		Saldo
		01/01/2020	Rendimento líquido	empenhadas	IR fonte	final em 31/12/2020
Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP	Referência					
Fundo CPP Linha 4:						
PPP Linha 4	7.1.1	671.130	40.147	—	(4.992)	706.285
Fundo CPP Projetos:						
PPP da FURP	7.1.2	66.821	1.406	(21.763)	(180)	46.284
PPP Linha 6	7.1.3	356.167	8.928	—	(1.413)	363.682
PPP Habitação Lote 1	7.1.4	27.554	826	7.329	(138)	35.571
Contrato Hospital São José dos Campos	7.1.5	30.748	770	—	(122)	31.396
Contrato Hospital Sorocaba	7.1.6	37.577	942	—	(149)	38.370
Contrato Hospital Pérola Byington	7.1.7	—	643	41.540	(163)	42.020
PPP da RMBS - ônibus + VLT	7.1.8	18.020	453	622	(71)	19.024
		536.887	13.968	27.728	(2.236)	576.347
Total de recursos vinculados		1.208.017	54.115	27.728	(7.228)	1.282.632

Efeitos percebidos diretamente na Caixa da Companhia

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos de aplicações financeiras	91.145	154.440
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	25	4
Outras receitas financeiras	1.434	1.817
Total de receitas financeiras	92.604	156.261
Perdas em aplicações financeiras	(20.362)	(5.530)
Total de despesas financeiras	(20.362)	(5.530)
Resultado financeiro líquido	72.242	150.731

13. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	63.495	139.520
Despesa com Juros sobre Capital Próprio	(90.660)	(113.020)
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado	(27.165)	26.500
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:		
Adições definitivas indedutíveis	580	575
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	580	575
Exclusões não tributáveis	—	(1.648)
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	—	(1.648)
Subtotal	(26.585)	25.427
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	—	(6.244)
Base de cálculo - resultado fiscal	(26.585)	19.183
Subtotais apuração tributária	(26.585)	19.183
(-) Deduções do imposto de renda devido	—	(6.739)
Totais de apuração tributária	- 6.646	2.393

14. Imposto de Renda e Contribuição Social: A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2020:

Demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração		31/12/2020	31/12/2019
		Resultados	Resultados
Resultado antes do IRPJ e CSLL		63.495	139.520
Despesa com Juros sobre Capital Próprio		(90.660)	(113.020)
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado		(27.165)	26.500

Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:
Adições definitivas indedutíveis
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)
Exclusões não tributáveis
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)
Subtotal
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal
Base de cálculo - resultado fiscal
Subtotais apuração tributária
(-) Deduções do imposto de renda devido

Totais de apuração tributária - **6.646** **2.393** - **(6.739)** **(2.434)**

O prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL representam ativos fiscais cuja geração foi provocada, fundamentalmente, pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC e pela manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar superior ao da SELIC. Em relação aos tributos diferidos ativos, os quais totalizam R\$ 9.039 em 31 de dezembro de 2020 (soma de R\$ 6.646 - IRPJ e R\$ 2.393 - CSLL), a Companhia espera realizá-los no próximo exercício, baseada na expectativa de recuperação do mercado financeiro, bem como em adoção de alternativas para maximizar os rendimentos financeiros, razão pela qual manteve sua classificação em curto prazo.

15. Honorários de Administradores e Salários: Do montante de R\$ 3.737 (R\$ 3.130 em 31 de dezembro de 2019), relativos aos totais de honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal chave da administração da companhia, em 31 de dezembro de 2020, corresponderam aos seguintes valores:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Honorários de diretoria	844	572
Bônus premiação eventual - diretoria	261	305
Honorários de conselho de administração	428	417
Encargos sociais proporcionais	395	329
Total	1.928	1.623

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC nº 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6404/76. Também dentro do montante de R\$ 3.737 estão contabilizados os encargos sociais suportados pela Companhia que demandaram contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções financeiras contratuais são apresentados no quadro abaixo:

Execuções contratuais	Correspondente ao:					Saldo em 31/12/2020
	Trimestre atual					
	31/12/2019	Janeiro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	
Segurança e medicina do trabalho	4	3	—	—	—	3
Assistência médica	88	162	19	19	19	219
Vale refeição	36	42	4	5	4	55
Totais	128	207	23	24	23	277

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Ticket Serviços S.A.

16. Serviços de Terceiros e Publicação Legal: Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados: Relacionados à Publicação Legal:

Execuções contratuais	Correspondente ao:					Saldo em 31/12/2020
	Trimestre atual					
	31/12/2019	Janeiro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	
Publicação de matérias legais (DOESP)	81	79	5	—	—	84
Preparação e publicação de matérias legais (outros)	9	9	1	—	—	10
Total de Publicação legal	90	88	6	—	—	94

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A., IMESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda.

Relacionados aos Serviços de Terceiros:

Execuções contratuais	Correspondente ao:					Saldo em 31/12/2020
	Trimestre atual					
	31/12/2019	Janeiro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	
Assessoria jurídica	93	14	—	—	—	14
Escrituração contábil e fiscal	242	180	20	20	20	240
Auditoria independente	39	40	—	—	—	56
Agente de garantias	120	113	11	12	11	147
Locação de máquinas copiadoras	4	—	—	—	—	—
Reclassificação da rubrica Despesas Administrativas para a rubrica Serviços de Terceiros:						
Seguro de responsabilidade civil D&O	150	113	12	13	12	150
Assessoria para contratação de D&O	4	—	—	—	—	—
Total de Serviços de terceiros	652	460	43	61	43	607

Reclassificação da rubrica Despesas Administrativas para a rubrica Serviços de Terceiros para melhor comparabilidade

Seguro de responsabilidade civil D&O	(150)
Assessoria para contratação de D&O	(4)
Subtotal	(154)
Saldo de Despesas Administrativas em 31/12/19	257
Total de Despesas Administrativas	103

As empresas contratadas foram, respectivamente: Assessoria jurídica (Vella, Pugliesi, Buosi e Guidoni Advogados e Camilo Advogados); escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Auditoria independente (Auge Contadores S/S); Agente de garantias (Banco do Brasil S.A.); Locação de máquinas (RR Copiadoras Vendas e Locações Ltda.); Seguro de responsabilidade civil D&O (Berkley International do Brasil Seguros S.A.); Assessoria para contratação de D&O (THB Cons. Gerenc. de Riscos e Corretagem de Seguros). Com relação aos saldos de 2019 da conta serviços de terceiros, a Companhia reclassificou, com a finalidade de demonstrar a execução contratual, bem como para efeitos de apresentação, disclosure e comparabilidade, os itens seguro de responsabilidade civil D&O no valor de R\$ 150 e locação de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 4 que estavam apresentados na demonstração de resultados como Despesas Gerais e Administrativas, totalizando R\$ 154, portanto, a Companhia esclarece que a reclassificação não representa retificação de erros, omissão ou mudança de prática contábil.

17. Gerenciamento de Riscos: A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (68%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros. **Riscos de crédito e de mercado:** Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A., instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais, no caso dos fundos de investimento financeiro, podendo, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador.

8. Títulos e Valores Mobiliários: As cotas super seniores adquiridas pela Companhia em 18/04/2019 do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo por R\$ 10.000 estavam custodiadas na Socopa Corretora e eram avaliadas com base no valor da cota informado pelo respectivo Administrador, segundo regras estabelecidas no regulamento do fundo e que levavam em consideração a variação do CDI. Em 31/12/019 apresentava-se com valor de R\$ 9.347, tendo sido integralmente resgatado em 04/09/2020 pelo valor bruto de R\$ 10.790.

9. Investimentos - Participação Societária: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Quantidade de ações	Tipo de ações	31/12/2020	31/12/2019
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	21	20
CPSEC	1.000	Ordinárias	122	102
Total			143	122

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas.

10. Juros Sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 90.660, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.020
Obrigações constituídas no período	90.660
Pagamentos efetuados no período (deliberado AGOE 29/04/2020)	(23.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.660

11. Tributos e Contribuições Sociais:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre folha de pagamento	151	176
PIS a recolher	103	69
COFINS a recolher	632	427
Total	886	672

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando ocorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

12. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado: Em 31 de dezembro de 2020 o capital social suscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.439.412.179,61, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.439.412.179 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de 1.439.412.161 ações ordinárias nominativas, e a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, com 18 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R\$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária.

b) Reserva Legal: Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Artigo 193 da Lei 6.404/76. **c) Reserva de Lucros:** São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do artigo 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jaime Alves de Freitas
Sergio Henrique Sá Leitão Filho
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Patricia Ellen da Silva
Tomás Bruginiski de Paula

DIRETORIA
Tomás Bruginiski de Paula - Diretor Presidente
Diego Jacome Valois Tafur - Diretor de Assuntos Corporativos
João Carlos Gonçalves da Silva - Diretor Econômico-Financeiro

CONTADOR
Renato Vieira Pita
CRC 1SP215876/O-8/SP

☆ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o Artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subseqüentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas e Proposta de Destinação do Lucro Líquido, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2021, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes TATICCA Auditores Independentes S.S., datado de 10 de março de 2021, este Colegiado é de Parecer que o mencionado

Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2021

Rodrigo Sarmento Barata

Conselheiro Fiscal

Emília Ticami

Conselheira Fiscal

Eduardo Ribeiro Adriano

Conselheiro Fiscal

Maria Tereza Romanini Vendramini

Conselheira Fiscal

Luís Fernando Milan Muniz Cavalheiro

Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, (“Companhia” ou “CPP”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras em 03 de março de 2020, sem modificação.

São Paulo (SP), 10 de março de 2021

Aderbal Alfonso Hoppe - Sócio - Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TATICCA Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP-03.22.67/O-1

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP



| Secretária da Fazenda e Planejamento